

UMA “DISCIPLINA” – ENTENDENDO COMO FUNCIONAM OS DIVERSOS CAMPOS DE SABER A PARTIR DE UMA REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA

A “DISCIPLINE” – UNDERSTANDING HOW KNOWLEDGE FIELDS FUNCTIONATE BASED ON A REFLECTION ON HISTORY

José D’Assunção Barros*

RESUMO: Este artigo – a partir de uma reflexão sobre a História como campo de conhecimento – tem por objetivo desenvolver algumas considerações acerca da constituição de “campos disciplinares”, compreendendo com esta expressão os vários campos de conhecimento, incluídos ou não entre os saberes universitários. A intenção é definir um certo grupo de categorias que possam ser utilizadas para delimitar as especificidades de cada campo disciplinar. De acordo com as reflexões desenvolvidas neste artigo, um “campo disciplinar” pode ser definido por determinados objetos de interesse, certas singularidades, uma confluência específica de teoria, método e modelos discursivos, relações interdisciplinares, subdivisões intradisciplinares, entre outros aspectos. O exemplo escolhido para modelo é o da História.

Palavras-Chave: Campo Disciplinar. História da Ciência. Teoria. Método. História.

ABSTRACT: This article – considering the History as knowledge field – aims to develop some considerations about the constitution of “disciplinary fields”, understanding with this expression the several fields of knowledge, included or not among the university knowledge’s. The intention is to define a certain group of categories that can be used to delimit the specificities of each disciplinary field. According the reflections developed in this article, a “disciplinary field” can be defined by some objects of interest, certain singularities, a specifically confluence of theory, method and discursive patterns, interdisciplinary relations, intradisciplinary subdivisions, among other aspects. The example selected as model is History.

Keywords: Disciplinary Field. History of Science. Theory. Method. History.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor-Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: jose.assun@globo.com

O que constitui um campo de saber como disciplina? Que história, ou que histórias, levam um determinado conjunto de práticas, representações e modos de fazer a se definir gradualmente, até que esse conjunto adquira uma identidade suficientemente forte para que, a partir dele, passem a se nomear profissionalmente os praticantes da nova disciplina? Que elementos mínimos, enfim, são necessários para que se constitua efetivamente um campo disciplinar, e para que este se mantenha frente a outros saberes?

Estas questões, e outras mais, podem ser colocadas para cada um dos campos de saber que merecem nos dias de hoje um assento universitário, e mesmo para outros que ainda não adentraram o espaço acadêmico, mas cuja identidade acha-se suficientemente fortalecida para ofertar aos seus praticantes o nome de uma disciplina e o sentimento de pertença a um sistema de objetos e práticas em comum. Física, Biologia, Astronomia, Economia, História, Geografia, Antropologia, Musicologia... Poderíamos estender quase à exaustão o número de exemplos a serem dados para campos disciplinares.

O nosso objetivo neste artigo será pensar elementos que constituam um conjunto de categorias em comum que possam ser empregadas para cada um dos diversos campos disciplinares. Trata-se, portanto, de definir os aspectos essenciais que contribuem para definir um campo disciplinar, qualquer que seja ele. Traremos eventualmente exemplos diversos, mas utilizaremos o campo disciplinar da História como modelo exemplificativo mais frequente neste artigo. Neste caso, propomos apenas exemplificar através de tal disciplina as categorias que poderão ser também utilizadas para outras.

A escolha da disciplina da História como exemplo, embora não obrigatória para atingir a finalidade a que nos propomos (poderia ser a Biologia, a Física, ou qualquer outra), mostra-se particularmente oportuna. Sempre emerge alguma “história” quando começamos a nos indagar o que significa falar de um certo conjunto de práticas, concepções e objetos de estudo como um campo específico de conhecimento, ou como uma “disciplina” (no sentido científico). Por isto, nosso olhar aqui – independentemente de tratarmos da História ou da Geologia, da Química ou da Medicina, da Antropologia ou do Direito – não poderá deixar de ser o olhar do historiador, e em especial do “historiador da ciência”. Isto porque todo “campo disciplinar”, seja qual ele for, é histórico, no sentido de que vai surgindo ou começa a ser percebido como um novo campo disciplinar em algum momento, e que depois disso não cessa de se atualizar, de se transformar, de se redefinir, de ser percebido de novas maneiras, de se afirmar com novas intensidades, de se reinserir no âmbito dos diversos campos de produção de conhecimento ou de práticas específicas. Um campo disciplinar é *histórico* mesmo no que se refere às suas regras, que podem ser redefinidas a partir de seus embates

internos, em alguns casos. “O campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo” (BOURDIEU, 2003, p.29)¹.

Naturalmente que cada campo histórico tem o seu próprio ritmo de transformações, e mesmo esse ritmo pode variar nos vários períodos que constituem a história de uma disciplina. Também existem algumas disciplinas que são muito antigas, outras recentes. Podemos pensar também em disciplinas que já tiveram a sua história e depois desapareceram, e em outras que ainda estão por nascer. A História, por exemplo, constitui um campo de saber já milenar, que muitos remontam a Heródoto, e outros mesmo a momentos anteriores (HARTOG, 2003, p.13). Uma série de ciências sociais e humanas, por outro lado, apresentam origens que remontam apenas aos séculos XVIII e XIX. De todo modo, qualquer “campo disciplinar” é histórico, no sentido de que possui uma história. Isto implica em dizer que qualquer Disciplina vai se modificando no tempo, conjuntamente com suas práticas e objetos, e que seus objetivos podem ser redefinidos de tempos em tempos. Nenhuma Disciplina, e tampouco a História, escapa da própria história.

O “Quadro I” (em anexo) orientará a nossa reflexão relativamente aos diversos aspectos que envolvem ou estão envolvidos na constituição e afirmação de um “campo disciplinar” de saberes e práticas, bem como relativamente às suas constantes transformações. Começaremos por aquilo que é de certo modo um evidente lugar comum: toda disciplina é constituída, antes de tudo, por certo “campo de interesses” (I), o que inclui desde um interesse mais amplo que define este campo como um todo, até um conjunto mais privilegiado de objetos de estudo e de temáticas a serem percorridas pelos seus praticantes (ou de desafios a serem enfrentados, para o caso dos campos disciplinares que, tal como a Medicina, envolvem uma prática, mais ainda do que uma reflexão teórica e uma pesquisa).

Podem ocorrer que certas ciências ou disciplinas partilhem inclusive um determinado interesse em comum (por exemplo, o interesse das chamadas “ciências humanas” pelo estudo daquilo que é humano), mas é também fato que a certo nível de profundidade surge sempre, para que se possa falar em uma disciplina com identidade própria, algum tipo de *singularidade*, o que nos levará ao próximo item. Assim, a História, que tem em comum com a Antropologia, com a Sociologia ou com a Psicologia o estudo do *Homem* – e que, portanto, partilha com estas ciências alguns de seus objetos de estudo – a certa altura deverá ser definida como a ciência que coloca no centro de seu campo de interesses “o estudo do *homem no tempo*” (BLOCH, 2001, p.17). Os objetos da história – isto é, o seu “campo de interesses” –

¹ Pierre Bourdieu (1930-2002) acrescenta em sua “teoria dos campos” que “qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade” (BOURDIEU, 2003, p.29).

em que pese que pareçam coincidir em um primeiro momento com os objetos possíveis das demais ciências sociais e humanas, serão sempre objetos “historicizados”, “temporalizados”, marcados por uma atenção à mudança em alguns de seus níveis.

A definição da História como “estudo do *homem no tempo*” foi proposta por Marc Bloch em seu livro *Apologia da História ou o Ofício do Historiador (1941-1942)*. Naturalmente que uma definição ou outra a respeito de um campo de saber, é sempre ela mesma histórica (isto é, sujeita a se modificar no decorrer da história). Com Homero, a História tinha já como seu “centro de interesses” o “homem” na sua vida concreta e específica, “sublunar” (isto em uma época em que ainda não existiam outros campos de saber dedicados a investigar este tipo de especificidade do mundo humano, e contra o pano de fundo da Filosofia, que se ocupava das questões gerais, “supra-lunares”, acima da vida sublunar dos homens específicos). A História, então, remetia etimologicamente à “investigação”, mas não ainda explicitamente ao estudo do homem “no tempo” (por exemplo, o “passado humano”), a não ser por considerar que as ações “sublunares” do homem se dão no tempo.

Se quisermos refletir sobre a própria historicidade das tentativas de definir a História, poderemos lembrar a partir de certo momento a História começou a assumir um caráter de “estudo do passado”, e seus objetos (os temas que constituem o seu “campo de interesses”) acompanharam este movimento concentrando-se mais nos períodos que se afastam ou se distinguem do Presente. Mas com os Annales e outros movimentos do século XX, ou mesmo com os fundamentos do Materialismo Histórico em meados do século XIX, ficaria claro que a delimitação da História já começava a se afinando e a se enriquecer na direção de considerar que o seu “campo de interesses” se refere aos objetos que remetem ao “homem envolvido pela temporalidade”.

De resto, vale lembrar também que outra “singularidade” importante da História enquanto campo de conhecimento (ver o próximo item apresentado) refere-se ao seu necessário apoio em *fontes* (documentos, textos, imagens, objetos, e outros indícios que nos chegam das sociedades passadas). Os aspectos definidores da “singularidade” da História – ou de qualquer outro campo disciplinar – corresponderão ao núcleo do que, para retomar uma expressão cunhada por Thomas Kuhn (1962), poderemos entender como a “matriz disciplinar” do campo de conhecimento em questão.

Pode se dar também que o centro de interesses de uma disciplina esteja situado em uma confluência, em uma conexão de saberes, e este é certamente o caso da Astrofísica, da Medicina Penal, da Filosofia da Ciência, ou de qualquer outra disciplina que, por vezes em seu próprio nome, não deixa dúvidas com relação ao caráter híbrido de sua esfera mais direta

de interesses. A esta questão voltaremos oportunamente, e desde já cumpre observar que o conjunto de interesses temáticos de uma Disciplina, particularmente no que se refere aos seus desdobramentos e possibilidades de objetos de estudos, também está sujeito a transformações no decorrer de sua própria história.

Seguindo adiante, uma consequência imediata do que se disse aponta para o fato de que cada Disciplina possui a sua *Singularidade* (2), aqui entendida como o conjunto dos seus parâmetros definidores, ou como aquilo que a torna realmente única, específica, e que justifica a sua existência – em poucas palavras: aquilo que define a Disciplina em questão por oposição ou contraste em relação a outros campos disciplinares². Em um pólo oposto, será preciso entender o fenômeno inverso: embora cada campo de saber apresente certamente uma singularidade que o faz único e lhe dá identidade, não existe na verdade um só campo disciplinar que não seja construído e constantemente reconstruído por diálogos (e oposições) interdisciplinares. Queiram ou não os seus praticantes, toda disciplina está mergulhada na *Interdisciplinaridade* (7), questão à qual voltaremos oportunamente. Ademais, para se constituir no seio de uma rede já existente de saberes, todo novo campo de saber deve enfrentar duras lutas com campos já estabelecidos, nas quais frequentemente se verá inserido em uma verdadeira disputa territorial, ou pelo menos em uma partilha interdisciplinar, além de enfrentar o desafio de mostrar a capacidade e potencialidade para se posicionar com eficácia diante de antigos e novos problemas que as disciplinas mais tradicionais também já vêm enfrentando, com seus próprios métodos e aportes teóricos. Desta maneira, pode-se dizer que o processo de surgimento de um novo campo disciplinar adquire, por vezes, muito mais a aparência de uma verdadeira luta que se dá no interior da arena científica do que a aparência de um parto. E essa luta, bem como os laços de solidariedade que também se estabelecem entre os novos e antigos campos de saber, dão-se todos no seio de uma intensa e necessária interdisciplinaridade, diante da qual o que é novo tem de se apresentar diante do conhecimento já estabelecido e por vezes institucionalmente já consolidado.

O exemplo da História mais uma vez pode iluminar este padrão de embates e alianças que envolve os campos disciplinares no quadro geral dos saberes, particularmente no momento de sua formação. A História, à altura

² A “singularidade”, em que se considere sua ligação direta com o “campo de interesses”, deve ser referida aqui aos parâmetros que definem irredutivelmente a Disciplina (no caso da História, a consideração do tempo, o uso de fontes), e não aos “objetos de estudo” privilegiados pelos seus praticantes, que já constituem mais propriamente o “campo de interesses” da Disciplina. Uma coisa, é claro, está ligada à outra; mas são itens distintos. É possível abordar um determinado “campo de interesses” a partir de certa “singularidade” que é já específica da Disciplina. Os grupos sociais (um mesmo objeto) podem ser examinados de modos distintos pela História, pela Antropologia ou pela Sociologia.

de sua milenar origem na Grécia Antiga, precisou se contrapor à Filosofia, mais antiga, e a outras formas de expressão ou campos de práticas, tais como a Poesia Lírica, a Poesia Épica e a Retórica. Posteriormente, no mundo moderno, foi confrontada pelo surgimento das novas práticas científicas no seio das ciências sociais e humanas, contrapondo-se à Economia Política, à Sociologia, à Antropologia. Os confrontos entre História e as demais Ciências Sociais (e também as suas alianças) são particularmente visíveis no século XX, e um exemplo já clássico é o dos embates institucionais que se deram na França à época da chamada Escola dos Annales³.

Ainda sobre a formação de campos disciplinares, devemos acrescentar que não é raro que um novo campo de saber surja a partir de certos desdobramentos de um campo disciplinar já existente, ou que se desprenda deste campo original adquirindo identidade própria, ou mesmo que o novo campo disciplinar se forme a partir de elementos dispersos oriundos de vários outros campos. Podemos, a título ilustrativo, trazer o exemplo da Biologia. Esta expressão, que logo daria origem à designação deste campo de estudos hoje tão conhecido, foi cunhada em 1800 pelo médico alemão Karl Friedrich Burdach (1776-1847), e dois anos depois seu significado foi aperfeiçoado e fixado pelo naturalista alemão Gottfried Treviranus (SCHILLER, 1968, p.64). Todavia, até fins do século XVIII, a maior parte “objetos de interesse” que hoje são específicos da Biologia, bem como certos aspectos que constituem hoje a sua “singularidade”, estavam na verdade espalhados em outros campos de saber, tais como a Medicina – notadamente naquelas de suas especialidades que estudavam a “anatomia” e a “fisiologia” humana – a Botânica (muito praticada, então, pelos médicos interessados em conhecer os potenciais curativos das ervas naturais) e a História Natural, que era na época praticada por pesquisadores os mais diversos, tais como os geólogos, que procuravam inserir a história dos seres vivos na História da Terra, e os teólogos, que se preocupavam em mostrar como a natureza estava perfeitamente ajustada à ideia religiosa da Criação Divina (MAYR, 1998, p.53). Treviranus (1776-1837) viu a necessidade constituir um estudo unificado de todos os seres vivos (plantas e animais)⁴, e sua nova maneira de ver as coisas foi logo acompanhada pelo naturalista francês Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829). Pode-se dizer que, desde então, aqueles elementos de estudo que hoje são vistos como tipicamente “biológicos”, e que antes estavam a cargo de outros campos de saber, começaram a migrar para formar este novo campo disciplinar que hoje é claramente definido como “Biologia”. Mas isto foi acontecendo aos poucos, no decorrer do século XIX (ver MEN-

³ A este respeito, ver o ensaio *A História em Migalhas*, de François Dosse (1987).

⁴ Já veremos, mais adiante, que a “teoria” é precisamente uma maneira de ver as coisas, e que, quando se estabelece um novo horizonte teórico, é possível literalmente enxergar o mundo de outra maneira. Com uma nova “teoria”, apode-se dizer, passa-se mesmo a “viver em um novo mundo”.

DELSOHN, 1965), até que o novo campo disciplinar se visse perfeitamente consolidado⁵.

A Biologia nos fornece um exemplo de campo disciplinar que se origina a partir de elementos antes dispersos e que recolhe seus objetos de interesse de outras áreas de estudo, até que, a partir daí, cria algo novo, uma nova “singularidade”. Há também campos disciplinares que são literalmente produzidos em uma interconexão. A Musicoterapia – campo disciplinar que procura explorar as potencialidades terapêuticas da música – surge a partir do Pós-Guerra, na conexão entre a Medicina e a Música. Pode ocorrer ainda que dois campos de saber separados se agrupem para formar um só, fortalecendo-se mutuamente a partir de uma unidade. A dinâmica de transformações no vasto universo que abarca os campos disciplinares produz um eterno movimento: novos campos podem surgir, e outros desaparecer; uns podem se desprender de outros, e alguns podem se formar do casamento entre duas ou mais perspectivas disciplinares. Há também o caso das “refundações”, e esta ideia parece ser bem adequada para entender a história da História, uma vez que esta correspondia a um campo de práticas e expressões já milenar quando, a partir de fins do século XVIII e inícios do século XIX, será como que “refundada” (WEHLING, 2006, p.175) para se constituir como “historiografia científica”, sem deixar, aliás, de incorporar nesta operação elementos dispersos. A partir desta refundação, e da consolidação do estatuto do “historiador profissional”, pode-se dizer que a História passa de um conjunto de práticas muito diversificadas – da história dos cronistas à dos antiquários, dos filósofos da história e dos teólogos – para a formação de uma “matriz disciplinar” mais bem definida, conforme veremos oportunamente.

A formação da Psicologia como campo disciplinar também nos oferece um curioso exemplo. Em 1908, Hermann Ebbinghaus, um dos pioneiros

⁵ Um sintoma interessante desta gradual consolidação da Biologia como campo disciplinar, antes de seu estabelecimento definitivo, é o fato de que, ao longo do século XIX e até inícios do século XX, ainda se construiu nos termos da expressão “naturalistas” a identidade de muitos pesquisadores e cientistas que hoje poderiam se auto-identificar como biólogos. É como “naturalista” que se apresenta Charles Darwin (1809-1882), teórico maior do paradigma que hoje se coloca como central para a Biologia, ou também o naturalista alemão Ernst Haeckel (1834-1919), que mais tarde proporia a expressão “ecologia” com vistas a delimitar uma perspectiva de estudos voltada para uma nova preocupação com a relação entre os seres vivos e seu meio ambiente. Mais tarde, a Ecologia alcançaria, ela mesma, o status de campo disciplinar. Também é interessante o fato de que a Biologia, que extraiu seu “campo de interesses” de um conjunto de objetos que antes estava disperso e sob a atenção de outros campos disciplinares pré-existentes, entre os quais a Botânica, mais tarde terminaria por anexar a própria Botânica como uma de suas modalidades intradisciplinares. Também anexou um ramo da Medicina, que era a Anatomia. Nos dias de hoje, tal como a Zoologia, a Genética ou a Fisiologia, a Botânica e a Anatomia constituem especializações intradisciplinares da Biologia. São bem complexos os vários movimentos e circunvoluções no interior do vasto universo dos campos disciplinares, e, neste processo, assim como alguns campos terminam por se separar de outros, outros terminam por anexar campos pré-existentes.

na psicologia experimental, proferiu uma enigmática frase: “a Psicologia possui um longo passado, mas uma história curta” (ZIMBARDO e GER-RIG, 2004). Com isto, ele queria ilustrar o fato de que, ainda que desde a Antiguidade vários pensadores já viessem se dedicando ao estudo dos comportamentos humanos e dos processos mentais e perceptivos, não seria senão a partir de fins do século XIX que a Psicologia finalmente se desprende da Filosofia. Por outro lado, nesta mesma operação de desprendimento em relação à Filosofia, à maneira de um movimento duplo, ela se aproximaria concomitantemente da Psiquiatria, que já vinha se constituindo como campo desde o século XVIII, já por desprendimento em relação à Medicina, da qual mesmo hoje é ainda considerada, alternativamente, um campo intradisciplinar. Alguns dos objetos da Psicologia passariam a ser partilhados, então, com este outro saber que é a Psiquiatria, apesar dos métodos e tecnologias de apoio diferenciados que são usados por um e por outro destes campos disciplinares. Nos anos 1890, também de dentro da Medicina, Sigmund Freud terminaria por constituir um campo novo, a Psicanálise, baseado em um método muito específico. A partir daqui, temos bem constituídos os três “saberes psi”: a Psicologia, a Psicanálise e a Psiquiatria. Os campos disciplinares, como vemos a partir destes exemplos, também se produzem a partir de movimentos de afastamento e de aproximação.

Em terceiro lugar, para considerar mais um aspecto que se converte em dimensão integrante de qualquer campo disciplinar, é preciso ressaltar que a história do conhecimento científico e da modernidade tem sido tal que, ao desenvolver ou ultrapassar certo nível de complexidade, cada campo de saber começa a gerar especializações e desdobramentos internos – campos *intradisciplinares* (3), por assim dizer. Se um campo disciplinar não apresenta ainda suas especializações – como a Física que se subdivide em Mecânica, Ótica, Termodinâmica, Física Nuclear, e assim por diante – qualquer disciplina cedo começa a se partilhar ao menos em possíveis “campos de aplicação”, ou qualquer outro tipo de organização interna que corresponda mais ou menos a uma espécie de divisão do trabalho intelectual e prático. No caso da História, é bastante evidente a vertiginosa multiplicação de “campos históricos” a partir do século XX, dando origem a inúmeras modalidades como a História Econômica, a História Cultural, a Micro-História e tantas outras, ao lado de outras que já existiam nos séculos anteriores como a “História Política”, a “História Militar” ou a “História da Igreja”⁶.

⁶ Não se trata aqui, apenas, da multiplicação de campos históricos relativamente a uma ampliação de objetos de interesse dos historiadores. O fenômeno mais significativo é que – além da ampliação deste ‘campo de interesses’ dos historiadores e de sua tendência à especialização em relação a alguns de seus objetos – a comunidade profissional dos historiadores passa cada vez mais a elaborar uma leitura do “Campo da História” a partir destas diversas modalidades historiográficas, ou destes “campos históricos”. Cada vez mais, a partir do século XX, os historiadores incorporam a prática de enxergar o seu próprio ofício e a sua Disciplina nos termos

Essa tendência ao desdobramento interno e à crescente especialização – que se apresenta uma característica de praticamente todos os “campos disciplinares” no período contemporâneo – tem sido um aspecto inerente à história do conhecimento na civilização ocidental, sobretudo a partir da modernidade, o que não impede que os efeitos mais criticáveis do hiperespecialismo sejam constantemente compensados pelos movimentos interdisciplinares e transdisciplinares, voltados para uma “relição dos saberes” em um mundo no qual os campos de produção de conhecimento vivem a constante ameaça do isolamento⁷.

Para além disto, três aspectos fundamentais a serem considerados quando se fala na constituição de um “campo disciplinar” relacionam-se ao fato de que nenhuma disciplina adquire sentido sem que desenvolvam ou ponham em movimento certas teorias, metodologias e práticas discursivas (4 a 6). Mesmo que tome emprestados conceitos e aportes teóricos originários de outros campos de saber, que incorpore métodos e práticas já desenvolvidas por outras disciplinas, ou que se utilize de vocabulário já existente para dar forma ao seu discurso, não existe disciplina que não combine de alguma maneira *Teoria*, *Método* e *Discurso*. Bem entendido, um campo disciplinar não se desenvolve no sentido de possuir apenas uma única orientação teórica ou metodológica, mas sim de apresentar um certo repertório teórico-metodológico que é preciso considerar, e que se torna conhecido pelos seus praticantes, gerando adesões e críticas várias. Da mesma maneira, o desenvolvimento de um campo disciplinar acaba gerando uma linguagem comum através da qual poderão se comunicar os seus expoentes, teóricos, praticantes e leitores. Há mesmo campos disciplinares que acabam gerando certo repertório de jargões, facilmente reconhecido, mesmo externamente⁸. De todo modo, qualquer campo disciplinar, à medida que vai se constituindo, vai também se inscrevendo em certa modalidade de Discurso, por vezes com dialetos internos. É por isso que não é possível a ninguém se transformar em legítimo praticante de determinado campo disciplinar, se o

destas diversas modalidades. Rigorosamente falando, não se falava em uma “História Política” no século XIX, embora fosse este o tipo de história que então predominava. Falava-se simplesmente em “História”. Mas no século XX surgirão efetivamente, no vocabulário dos historiadores, as várias designações que já denunciam uma nova visão da historiografia, organizada em modalidades internas. Sobre o assunto, ver Barros (2004).

⁷ Para um exemplo significativo, ver a coletânea *A Reliação dos Saberes* (MORIN, 2000).

⁸ Disciplinas como o Direito ou como a Economia parecem poder ser imediatamente reconhecidas pelo seu vocabulário bastante específico. A História, por seu turno, é daquelas disciplinas que trabalham em boa medida com um vocabulário comum, já que o seu produto – os livros de história – frequentemente se destinam a um público mais amplo, que não é apenas formado por historiadores. Mas assim mesmo também a História vai assistindo, no decurso das realizações de seus praticantes, à elaboração de conceitos mais específicos. Ver sobre isto Prost (2008, p.115-131).

iniciante no novo campo de estudos não se avizinha de todo um vocabulário que já existe previamente naquela Disciplina, e através do qual os seus pares se intercomunicam⁹.

À questão da *Interdisciplinaridade* (7) já nos referimos, e por ora não mais aprofundaremos este ponto senão para chamar atenção para o fato de que, ao se colocarem em contato interdisciplinar ou transdisciplinar, dois campos disciplinares podem enriquecer sensivelmente um ao outro nos seus próprios modos de ver as coisas e a si mesmos. Particularmente a História, no decorrer do século XX e além, foi beneficiada por uma longa história de contribuições às concepções e abordagens dos historiadores. A Geografia, a Antropologia, a Psicologia, a Linguística estiveram fornecendo frequentemente conceitos e metodologias aos historiadores, e certos desenvolvimentos em âmbitos como a História Cultural ou a História das Mentalidades não teriam sido possíveis, certamente, sem os respectivos diálogos interdisciplinares com a Antropologia e com a Psicologia. Também no âmbito das ciências naturais não foi raro que o contato interdisciplinar contribuísse para modificar a própria maneira de ver as coisas neste ou naquele campo científico. Diálogos entre a Física e a Astronomia, ou entre a Química e a Física, nos oferecem alguns exemplos muito concretos de renovação¹⁰.

Por fim, não é obviamente possível pensar uma Disciplina sem admitir o seu lado de fora – uma zona de *interditos* (8), ou aquilo que se coloca como proibido aos seus praticantes. O exterior um de campo de saber é tão importante para uma disciplina como aquilo que ela inclui, como as teorias e métodos que ela franqueia aos seus praticantes, como o discurso que ela torna possível, como as escolhas interdisciplinares estimuladas ou permitidas.

Já retomando o exemplo da História enquanto campo de conhecimento, podemos lembrar as palavras de Hayden White: “Toda disciplina é constituída, como viu Nietzsche de modo muito claro, por aquilo que ela coloca como proibido aos que a praticam. Toda disciplina é constituída por um conjunto de restrições ao pensamento e à imaginação, e nenhuma é mais tolhida por tabus do

⁹ Entre outros assuntos, os jargões das “comunidades linguísticas” geradas por alguns campos são examinados em uma coletânea organizada por Peter Burke e Roy Porter (2007), *Línguas e Jargões*, na qual se busca examinar nos seus diversos contextos sociais os dialetos e jargões criados e difundidos por diversos grupos sociais e profissionais, entre os quais os médicos, advogados e professores, mas também as sociedades secretas como a dos maçons, bem como grupos sociais marginalizados, tais como os dos ciganos e dos mendigos.

¹⁰ Thomas Kuhn, em seu livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), ao discorrer sobre o atomismo químico desenvolvido por Dalton, dá-nos conta dos “efeitos revolucionários resultantes da aplicação da química a um conjunto de questões e conceitos anteriormente restritos à física e à meteorologia. Foi isto que Dalton fez; o resultado foi uma reorientação no modo de conceber a química, reorientação que ensinou aos químicos como colocar novas questões e retirar conclusões novas de dados antigos” (KUHN, 2007, p.179). Sobre Interdisciplinaridade, ver Japiassu (1976); e, sob a perspectiva do Materialismo Histórico, Jantsch e Bbianchetti, (1997). Internacionalmente, referências já clássicas são os artigos de Gusdorf (1990)

que a historiografia profissional” (WHITE, 1978, p.17)¹¹. Também Thomas Kuhn, em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), faz algumas observações importantes sobre as redefinições de ditos e interditos que se podem dar quando um novo paradigma substitui um paradigma que até então fora dominante:

Consequentemente, a recepção de um novo paradigma também requer com frequência uma redefinição da ciência correspondente. Alguns problemas antigos podem ser transferidos para outra ciência ou declarados absolutamente ‘não-científicos’. Outros problemas anteriormente tidos como triviais ou não-existentes podem converter-se, com um novo paradigma, nos arquétipos das realizações científicas importantes. À medida que os problemas mudam, mudam também, seguidamente, os padrões que distinguem uma verdadeira solução científica de uma simples especulação metafísica, de um jogo de palavras ou de uma brincadeira matemática (KUHN, 2007, p.138)¹².

Para além de reconhecermos que qualquer campo de saber tem os seus ditos e interditos, devemos também lembrar que aquilo que se interdita em uma disciplina, como tudo mais, também é histórico, sujeito a transformações, e as temáticas e ações possíveis, que um dia estiveram dentro de certo campo disciplinar, podem ser processualmente deslocadas para fora, como também algo do que estava fora também pode vir para dentro, para um espaço de inclusão legitimado pela rede de praticantes da disciplina. Assim, sobre as permissões e interditos relacionados à *Operação Historiográfica*, dirá Michel De Certeau:

Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa. É igualmente sobre esta combinação que age o trabalho destinado a modificá-la (CERTEAU, 1982, p.76-77).

¹¹ Outra referência fundamental para a questão mais ampla dos interditos que afetam uma disciplina é *A Ordem do Discurso*, de Michel Foucault (1970).

¹² Também iremos encontrar em *Usos Sociais da Ciência*, de Pierre Bourdieu (1997), observações interessantes a respeito da dinâmica que dita e interdita o que é possível, em cada momento, no âmbito de determinado campo disciplinar: “Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível e impossível a cada momento” (BOURDIEU, 2003, p.27). Sobre os interditos da História, ver Certeau (1982, p.76-77).

Tecnicamente poderíamos interromper aí a enumeração dos principais aspectos a serem considerados para compreender a constituição de um campo disciplinar qualquer, se não faltasse o essencial, na verdade aquilo que perpassa todos os demais aspectos. Existe de fato uma densa e complexa *Rede Humana* (9), constituída por todos aqueles que já praticaram ou praticam a disciplina considerada e pelas suas realizações – obras, vivências, práticas realizadas – e também isto é certamente tão inseparável da constituição de um campo disciplinar, que poderíamos propor a hipótese de que a entrada de cada novo elemento humano em certo campo disciplinar já o modifica em alguma medida, da mesma maneira que cada obra produzida sobre um campo de saber ou no interior deste mesmo campo de saber já o modifica em menor ou maior grau, às vezes indelevelmente, às vezes tão enfaticamente a ponto de se tornar visível o surgimento de novas direções no interior deste campo disciplinar. Perguntar-nos-emos, deste modo, até que ponto o surgimento de um novo historiador ou de uma nova obra historiográfica, por mais banal que ela seja, não modifica de alguma maneira a própria História enquanto campo disciplinar, ou até que ponto o médico que introduz uma nova abordagem ou uma nova prática em seu ofício já não termina por modificar o próprio campo disciplinar da Medicina. Ou pode se dar mesmo que este médico venha a constituir um novo campo disciplinar – produzindo portanto uma sensível modificação no universo mais amplo dos campos disciplinares. Pode-se dar o exemplo do doutor Freud, que por volta de 1890 terminou por fundar, através de uma nova abordagem clínica, a Psicanálise. Também seria útil lembrar o caso do doutor Wilhelm Wundt (1832-1920), que em 1879 criou o primeiro laboratório psicológico, contribuindo desta maneira para separar da Filosofia a Psicologia.

As transformações indeléveis que afetam um campo disciplinar, que o redefinem, que contribuem mesmo que minimamente para reorientar a sua história, nem sempre são fáceis de visualizar – a não ser no âmbito das inovações mais notáveis ou das grandes obras – mas de todo modo podemos dizer que elas constituem no seu conjunto uma grande obra coletiva, na qual os próprios praticantes de uma disciplina contribuem cada qual à sua maneira para modificar o próprio campo disciplinar no qual se inserem.

Ao se falar em uma “rede humana” para cada campo disciplinar, também temos de ter em vista, é claro, que estas redes encontram-se frequentemente interferidas por uma “rede institucional” (universidades, institutos de pesquisa, circuitos editoriais de revistas científicas), e também por uma constelação de grupos de pesquisa e outras formas de parcerias e associações dentro da qual esta vasta rede humana também se acomoda de uma maneira ou de outra. A rede humana do campo disciplinar, desta forma, assume aqui a forma de uma “comunidade científica”. Boa parte dos seus participantes ocupa lugares concretos na imensa rede institucional e na constelação

de grupos e parcerias científicas, e também lugares simbólicos conforme a repercussão e recepção de suas obras e proposições. Uma ideia pode ser recebida de maneira diferenciada conforme se fale deste lugar institucional ou daquele lugar simbólico. Nem todos podem dizer tudo todo o tempo, conforme Michel Foucault já fez notar com especial nitidez em seu ensaio *A Ordem do Discurso* (1996, p.10), o que nos remete mais uma vez à questão dos ditos e interditos permitidos e hierarquizados por um campo disciplinar. Uma “comunidade científica” – um conceito que será particularmente importante quando abordarmos a questão dos “paradigmas” – é articulada, enfim, a um sistema de poderes institucionais e prestígios acadêmicos que redefine o lugar de cada um e de todos¹³.

A “rede humana” que constitui uma das dimensões integrantes do campo disciplinar é também, ela mesma, uma rede de textos e de realizações, em dinâmica interconexão. Isto ocorre nos diversos campos de saber. Na Física e na Química, a rede de realizações produzida pela “rede humana” é povoada não apenas dos textos científicos, mas de experiências, de fórmulas, da construção de novos instrumentos de medição e tecnologias. Michel de Certeau (1982, p.72), que examinou os desdobramentos deste campo disciplinar que é a História em seu já clássico texto *A Operação Historiográfica* (1974), procura mostrar como cada realização empreendida por cada historiador co-participante da rede termina por enunciar “uma operação que se situa em um conjunto de práticas”. Dito de outra forma, está desde já inarredavelmente inscrito nesta complexa rede – formada pelos historiadores e por suas realizações historiográficas – cada texto histórico, “quer dizer, uma nova interpretação, o exercício de métodos novos, a elaboração de outras pertinências, um deslocamento de definição e do uso do documento, um modo de organização característico, etc” (CERTEAU, 1982, p.72). Não há contribuição, por singela que seja, que não repercuta de alguma maneira na rede historiográfica, ainda que indelevelmente¹⁴.

¹³Sobre as “comunidades científicas”, ver o ensaio com este mesmo nome de Warren O. Hagstrom (1965). Sobre a competição no interior das comunidades científicas, ver o ensaio deste mesmo autor para a *American Sociological Review* (HAGSTROM, 1974). A noção de uma “comunidade científica” também já foi tratada sobre o prisma de um “Colégio Invisível”, e sobre isto podem ser consultadas as obras de Price e Beaver (*Colaboração em um Colégio Invisível*, 1966) e de Daiana Crane (*Estrutura Social em um Grupo de Cientistas – teste para a hipótese do ‘Colégio Invisível’*) [1966]. A expressão “colégio invisível”, que no século XVII tinha conotações que dialogavam com a idéia de “sociedades secretas” de intelectuais e cientistas, é nos dias de hoje empregada para expressar a livre transferência de informações, pensamentos e background técnico pela “comunidade científica” (isto à parte da estrutura física e institucional dentro da qual esta mesma comunidade também se distribui).

¹⁴Michel de Certeau acrescenta neste mesmo texto sobre *A Operação Historiográfica*: “Cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado” (CERTEAU, 1982, p.72).

Reconhecer a “Rede Humana” específica que constitui cada campo disciplinar produzido pelo homem também leva à compreensão de um derradeiro aspecto, quase um desdobramento da crescente consciência que a rede humana vai desenvolvendo sobre si mesma e sobre o campo que constitui, à medida que avança na sua história. A certa altura de seu amadurecimento como campo disciplinar, começam a ser produzidos, cada vez mais frequentemente no seio do próprio campo de saber em constituição, os “olhares sobre si”. Começam a surgir, elaboradas pelos próprios praticantes da Disciplina, as “histórias do campo”, aqui entendidas no sentido de narrativas e análises elaboradas pelos praticantes do campo disciplinar acerca da própria rede de homens e saberes em que estão inseridos. Compreender-se historicamente é o resultado mais visível deste “olhar sobre si” (10)¹⁵.

Temos então dez dimensões importantes nesta caminhada para tentar compreender uma Disciplina, qualquer que ela seja: o seu Campo de Interesses (1), a sua Singularidade (2), os seus campos Intradisciplinares (3), o seu padrão discursivo (4), as suas metodologias (5), os seus aportes teóricos (6), as suas Interdisciplinaridades (7), os seus Interditos (8), bem como a extensa “rede humana” (9) que, através de suas realizações, empresta uma forma e dá concretização ao campo disciplinar, sem contar o “olhar sobre si” que esta mesma rede estabelece a certa altura de seu próprio amadurecimento (10).

Encerrando este artigo mais uma vez com a questão da história – isto é, com a questão de que cada campo disciplinar tem a sua própria História e que, de preferência, esta história deve ser escrita pelos seus próprios praticantes de modo a renovar constantemente os seus “olhares sobre si mesmos” – torna-se importante compreender adicionalmente que cada uma das dez dimensões supracitadas, além de interligada às demais, está mergulhada ela mesma, por inteiro, na própria história. Os padrões interdisciplinares se alteram, os desdobramentos intradisciplinares se multiplicam ou se restringem, as teorias se redefinem, as metodologias se recriam, o padrão discursivo se renova, os interditos são rediscutidos, e mesmo algo da Singularidade que permite definir uma “matriz disciplinar” no interior da rede de saberes pode sofrer variações mais ou menos significativas à medida que surgem novos paradigmas e contribuições teórico-metodológicas. Para além de tudo isto, cada campo de saber está constantemente produzindo novos “olhares sobre si mesmo” de acordo com as transformações que se dão dentro e fora do campo – do contexto histórico-social às transformações teóricas e tecnológicas. Tudo é histórico, enfim, e essa máxima é também válida para

¹⁵ Veremos, no devido momento, que a História começa precisamente a se constituir em campo científico no momento em que começam a ser produzidos mais recorrentemente os seus “olhares sobre si mesma”, as histórias da historiografia, os ensaios de reflexão teórica, os manuais de metodologia.

todo o conjunto de elementos daquilo que vem a constituir um determinado campo disciplinar.

Ademais, será importante compreender ainda que, uma vez tornado visível e reconhecido como novo espaço científico ou forma de expressão, cada campo disciplinar (ou cada campo de saber, dito de outra maneira), passa a se constituir em patrimônio de todos os que podem ou pretendem praticá-lo. Por outro lado, é óbvio também que, no interior da rede humana que constitui certo campo disciplinar e também no seu exterior, isto é, na rede humana que se estende para mais além daquela que conseguiu se impor como a legítima rede de homens e obras que constituem o campo, cedo se estabelecem verdadeiras lutas pelo poder de se lançar mão das conquistas disciplinares, de praticá-las, de falar em nome da rede ou pelo menos do interior da rede – lutas pelo direito de, neste campo, os diversos proponentes a praticantes se verem incluídos. Esse imenso universo ou sistema¹⁶ que constitui um campo disciplinar, de todo modo, é anônimo, não pertence a ninguém, embora dele nem todos possam se apossar. Sobre este complexo espaço territorial que é um campo disciplinar, lugar de saber onde o poder se exerce, embora sem que se saiba exatamente através de quem, assim Michel Foucault já se expressava:

uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um *corpus* de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele (FOUCAULT, 1996. p.30).

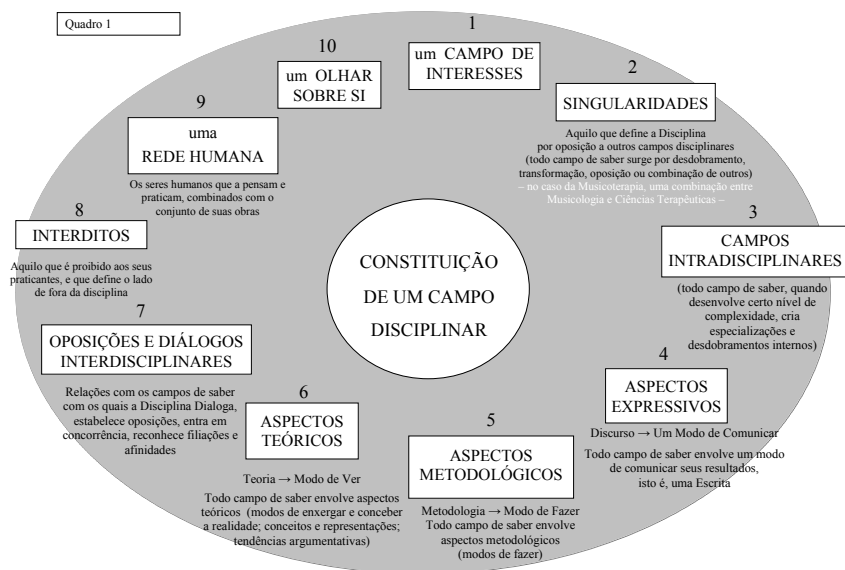
Este misterioso sistema anônimo que é um campo disciplinar, e poderemos aqui continuar a seguir Michel Foucault nas suas exemplares formulações, está, como já se disse, em permanente mutação, uma vez que cada

¹⁶“Sistema” – conceito que tem sua origem etimológica em uma palavra grega que remete aos gestos de “combinar”, “ajustar”, “formar conjunto” – é uma expressão que se aplica tanto ao mundo físico e natural (podemos falar em um “sistema solar”, mas também em “sistema respiratório”) como também ao mundo social e ao universo do conhecimento. No âmbito das instituições sociais, há, por exemplo, um “sistema carcerário”. Também podemos falar em “sistema” para qualquer conjunto no qual os elementos estão interconectados de modo a constituir um todo que produz a sua própria lógica. Um sistema, é importante notar, não constitui mero agregado de elementos, mas uma combinação que produz relações entre as várias partes, e entre cada parte e o todo. De um ponto de vista complexo, da interação das partes emergem propriedades que passam a formar os padrões que caracterizarão o funcionamento do sistema. “O Todo é maior que a soma das partes” – esta se tornou uma frase clássica para o entendimento do que é um sistema. Desde meados do século XX, com a publicação da *Teoria Geral dos Sistemas* de Ludwig Von Bertalanffy (1956), um biólogo alemão que já criticava a divisão compartimentada do conhecimento em disciplinas estanques, tem surgido uma ampla bibliografia em torno da definição e caracterização de “sistemas”, e mesmo em torno da possibilidade de se pensar uma “teoria geral dos sistemas”, chegando aos pensadores ligados ao chamado “pensamento complexo”.

campo disciplinar é aberto a expansões. Na verdade um campo disciplinar *depende*, para existir, de desencadear expansões. Conforme ressalta o filósofo francês, “para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas” (FOUCAULT, 1996, p.30). Entre outros aspectos, esse intenso devir, que é um campo disciplinar mergulhado na sua própria história, constitui, como já se ressaltou, um incessante jogo entre o interior e o exterior da disciplina, e entre um campo de estudos e o seu campo de objetos.

A História (campo de conhecimento) jamais será constituída por tudo o que se pode dizer de verdadeiro sobre a história (campo dos acontecimentos), o mesmo ocorrendo para a Física ou a Biologia. Para que uma proposição pertença à disciplina “História” em certa época, à Medicina, ao Direito, ou a qualquer outro campo de práticas e saberes, é preciso que essa proposição responda às condições desta disciplina tal como a definem ou definiram os seus praticantes de então. A História, a Química, a Geologia, como qualquer outra disciplina, estará sempre atraindo para dentro de si ou repelindo para fora de suas margens determinado conjunto de saberes, proposições e domínios que em momento anterior poderiam ter estado ali, e que em um momento subsequente da história dos saberes e dos discursos já não estão¹⁷

¹⁷Ou, conforme registra Michel Foucault para todas as disciplinas científicas em geral: “O exterior de uma ciência é mais ou menos povoado do que se crê: certamente, há a experiência imediata, os temas imaginários que carregam e reconduzem sem cessar crenças sem memória; mas, talvez, não haja erros, em sentido estrito, porque o erro só pode surgir e ser decidido no interior de uma prática definida; em contrapartida rondam monstros cuja forma muda com a história do saber. Em resumo: uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina [...]”. (FOUCAULT, 1996, p.33). Também Jacques Schlanger (1978, p.35) observa: “É-lhes impossível [aos sistemas estabelecidos em dado momento] compreender algo que seja exterior e contrário ao tecido da interpretação que permitem”.



Referências

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1975 [orig.: 1956]

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [original publicado: 1949, póstumo] [original de produção do texto: 1941-1942].

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da Ciência** – por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP. 2003 [original: 1997].

BURKE, Peter; PORTER, Roy (orgs). **Línguas e Jargões**. São Paulo: UNESP, 1997.

CERTEAU, Michel De. “A Operação Historiográfica” In: _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119 [original: 1974].

CRANE, Diana. Social Structure of a Group of Scientists. **American Sociological Review**. XXXIV, 1969, 335-352. [1969].

DOSSE, François. **L'histoire em miettes** – des Annales à La Nouvelle Historie. Paris: La Découverte, 1987 [**A História em Migalhas**. São Paulo: Ensaio, 1994]

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996 [original: 1970].

GUSDORF, Georges. Réflexions sur l'interdisciplinarité. **Bulletin de Psychologie**. 1990, XLIII, 397, p.847-868.

HAGSTROM, Warren O. **The Scientific Community**. New York: Basic Books, 1965.

HAGSTROM, Warren O. Competition in science. **American Sociological Review**. n° 39 (February), p.1-18. 1974.

HARTOG, François. **Os Antigos, o Passado e o Presente**. Brasília: UNB, 2003.

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. “Interdisciplinaridade – Para além da filosofia do sujeito”. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (orgs.) **Interdisciplinaridade**. Para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1997.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003 [**The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962].

MAYR, Ernst. **O desenvolvimento do pensamento biológico**. Brasília: Editora da UnB, 1998.

MENDELSON, E. The biological sciences in the nineteenth century: some problems and sources. **History of Science**, 3, 1964, p. 39-59.

MORIN, Edgar. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis, 2000 [original: 1999].

PRICE, D. J.; BEAVER, B. Colaboração em um Colégio Invisível. **American Psychologist**. XXI, 1966, p.1011-1018. [1966]

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. São Paulo: Autêntica, 2008 [original: 1996].

SCHILLER, J. “Physiology’s struggle for independence in the first half of the nineteenth century”. **History of Science**, 7, 1968, p. 64-89.

SCHLANGER, Jacques. **Objets Idéels**. Paris: Vrin, 1978.

WHITE, Hayden. **A Meta-História – a Imaginação Histórica no século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1992 [original inglês: 1973].

WHITE, Hayden. **Tropics of Discourse**. Essays in Cultural Criticism. Baltimore: 1978

ZIMBARDO, Philip G. e GERRIG, Richard J. **Psychologie**. Munique: Pearson, 2004

Artigo recebido em 02/09/2010 e aceito para publicação em 16/11/2010